

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Tekno S.A. Indústria e Comércio (“Companhia” ou “Tekno”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas “TKNO3” e “TKNO4”.

A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização e pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

A redução acentuada da atividade industrial nos últimos anos, incluindo os segmentos atendidos pela Tekno (Construção Civil, Linha Branca e Setor Automotivo) foi a principal responsável pelos prejuízos devido a menor diluição dos custos fixos.

As ações para melhoria da rentabilidade, que se esperam gerar lucratividade positiva para a Companhia, são:

(1) melhora da Receita através do desenvolvimento de novas linhas de produtos e atuação em novos nichos de mercado; e

(2) redução dos custos através de iniciativas de aumento de produtividade

Fazem parte das demonstrações financeiras as seguintes empresas:

Controladas

- Casamob Indústria e Comércio Ltda. (“Casamob”): fabricação de móveis com predominância de metal e fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, fabricação, distribuição e comercialização de outros produtos com predominância de metal, destinados aos mercados interno e externo.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. (“Tekrom”): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.
- Alukroma Indústria e Comércio Ltda. (“Alukroma”): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais.

Controladas em conjunto

- Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda. (“Wolverine/Tekno”): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Perfilor”): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 compreendem:

- As informações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 individuais e consolidadas em um único conjunto, inclusive as notas explicativas, lado a lado.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

- (a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto também são preparadas em Reais.

- (b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Eram as seguintes as taxas em Reais das moedas a seguir relacionadas por ocasião do encerramento do balanço:

	<u>USD (Dólar Americano)</u>
31 de dezembro de 2016 - R\$	3,259
31 de dezembro de 2017 - R\$	3,308

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou

período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(g) Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 30.

(h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas na nota explicativa nº 31.

3 Resumo das principais políticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e “Resultado de equivalência patrimonial”, respectivamente. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

- Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

3.3 Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, com base na análise do prazo sem movimento e valor de realização. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

3.5 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 11, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.7 Redução ao valor recuperável - Impairment

- Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma

avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto ágio), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.9 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, calculados com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças existentes entre os ativos e passivos, reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores registrados nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de

imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os valores correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

3.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

- Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

- Receitas financeiras

As receitas financeiras, que abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13 Prejuízo básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o prejuízo básico por ação.

3.14 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

3.15 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

3.16 Novos pronunciamentos contábeis IFRS ainda não efetivos

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não estão efetivas para o exercício atual. Essas normas contemplam aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produza impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura, quando aplicável. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

CPC 47 (R1) e IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Transição

A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou impacto material caso as exigências da IFRS 15 relativas à receita de contratos com clientes fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2017.

CPC 48 e IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber e financiamentos

Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia.

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2017.

CPC 06 e IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do

arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Na transição para a IFRS 16, a Companhia pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

A Companhia está avaliando se aplicará o expediente prático e o potencial impacto em suas demonstrações financeiras, e se isso afetará o número de contratos identificados como arrendamento na transição.

Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição irá aplicar.

A Companhia não necessita efetuar quaisquer ajustes para os arrendamentos em que atua como arrendador, exceto se a Companhia for um arrendador intermediário numa sublocação.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	226	406	645	740
Aplicações financeiras	19.325	33.884	20.108	34.147
Total	19.551	34.290	20.753	34.887

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98% e 105% (em 31 de Dezembro de 2016 entre 96% e 103%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

a) Composta por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
No país	21.759	17.210	27.100	21.506
No exterior	-	115	67	115
Total	21.759	17.325	27.167	21.621
Partes Relacionadas (Nota 9)	7.516	8.908	5.005	4.908
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(574)	(349)	(1.417)	(793)
	28.701	25.884	30.755	25.736

b) Por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer				
Até 30 dias	10.698	7.907	12.335	9.342
De 31 a 60 dias	6.424	3.814	7.449	4.946
De 61 a 90 dias	1.421	857	2.120	1.440
De 91 a 180 dias	128	148	624	548
Acima de 181 dias	5	-	33	13
Total a vencer	18.676	12.726	22.561	16.289
Vencido				
Até 30 dias	2.393	2.596	2.872	2.824
De 31 a 60 dias	8	1.586	91	1.598
De 61 a 90 dias	108	68	226	117
De 91 a 180 dias	315	167	673	251
Acima de 181 dias	259	182	744	542
Total vencido	3.083	4.599	4.606	5.332
Total	21.759	17.325	27.167	21.621

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(349)	(300)	(793)	(661)
Adições	(709)	(405)	(1.475)	(890)
Baixas por recebimento	149	12	223	208
Perdas realizadas	308	326	561	523
Baixa de provisões constituídas em exercícios anteriores	27	18	67	27
Saldo final	(574)	(349)	(1.417)	(793)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos e possuem como procedimento rever tais provisões trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir provisão para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos acima de 90 dias. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A despesa com constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

6 Estoques

a) Compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados	11.388	11.088	16.509	15.310
Produtos em elaboração	18	31	614	508
Matérias-primas	15.360	16.576	19.188	19.262
Material de consumo e outros	4.377	4.416	4.409	4.456
	31.143	32.111	40.720	39.536
(-) Provisão para perdas nos estoques:				
Produtos acabados	(1.609)	(1.590)	(3.360)	(3.075)
Matérias-primas	(1.228)	(1.155)	(1.238)	(1.155)
Material de consumo e outros	(1.550)	(1.395)	(1.550)	(1.395)
	(4.387)	(4.140)	(6.148)	(5.625)
	26.756	27.971	34.572	33.911

b) Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	(4.140)	(4.483)	(5.625)	(5.278)
Adições	(2.045)	(1.979)	(2.790)	(3.039)
Reversões	1.798	2.322	2.267	2.692
Saldo final	(4.387)	(4.140)	(6.148)	(5.625)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para perdas por obsolescência e também na realização dos estoques, com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

A despesa com constituição de provisão para perdas foi registrada na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Ativo circulante</u>				
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	198	480	609	727
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	12	42	552	1.469
PIS - Programa de integração social	-	4	298	296
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	314	308
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	477	974	486	982
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	5	2	5	2
	692	1.502	2.264	3.784
<u>Ativo não circulante</u>				
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	150	279	2.811	1.948
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	13	579	1.491	1.036
PIS - Programa de integração social	3	126	125	225
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	83	-
	166	984	4.510	3.209

8 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

a. Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
<u>Ativo fiscal diferido - não circulante</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para perdas na realização dos estoques	4.387	4.140	6.148	5.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	574	349	1.417	793
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.110	819	1.110	819
Provisão para obrigações pós-emprego	697	2.330	697	2.330
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	3.580	3.143	3.580	3.143
Provisão para comissões a pagar	3	10	30	61
Provisão para indenizações trabalhistas	307	299	307	299
Provisão para despesas futuras	-	76	-	77
Redução de ágio por rentabilidade futura	1.193	1.193	1.193	1.193
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	13.241	7.346	54.839	36.777
Despesas diferidas	-	-	362	656
	25.092	19.705	69.683	51.773
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	8.531	6.700	23.692	17.603
Impostos diferidos ativos não constituídos das controladas Alukroma e Casamob (i)	-	-	(14.151)	(10.213)
	8.531	6.700	9.541	7.390
Compensação com impostos diferidos passivo	(7.092)	(6.359)	(8.102)	(7.049)
Impostos diferidos ativo	1.439	341	1.439	341

	Controladora		Consolidado	
<u>Passivo fiscal diferido - não circulante</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Depreciação referente ajuste de vida útil	(15.988)	(12.649)	(18.958)	(14.680)
Custo atribuído do imobilizado	(4.810)	(5.976)	(4.810)	(5.976)
Arrendamento mercantil financeiro	(60)	(77)	(60)	(77)
	(20.858)	(18.702)	(23.828)	(20.733)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	(7.092)	(6.359)	(8.102)	(7.049)
Compensação de impostos diferidos ativo	7.092	6.359	8.102	7.049
Impostos diferidos passivo	-	-	-	-

- (i) A Administração da Companhia tem por regra constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há expectativa de lucro tributável futuro ou até o limite dos saldos de impostos diferidos passivos.

Na controladora, os impostos diferidos ativos foram constituídos em sua totalidade, gerando efeito líquido no resultado no montante de R\$ 1.424, controladora e consolidado (em 2016, R\$ 2.756 na controladora e R\$ 3.655 no consolidado).

b. Movimentação dos impostos diferidos:

	Controladora			Consolidado		
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.922	(6.284)	(2.362)	3.429	(6.690)	(3.261)
Movimentação no resultado do exercício	2.831	(75)	2.756	4.014	(359)	3.655
Movimentação outros resultados abrangentes	(53)	-	(53)	(53)	-	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.700	(6.359)	341	7.390	(7.049)	341
Movimentação no resultado do exercício	2.157	(733)	1.424	2.477	(1.053)	1.424
Movimentação outros resultados abrangentes	(326)	-	(326)	(326)	-	(326)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.531	(7.092)	1.439	9.541	(8.102)	1.439

c. Conciliação com o resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.128)	(19.574)	(17.077)	(20.405)
(+) Equivalência Patrimonial	12.602	11.369	756	1.542
(+) Outras exclusões permanentes, líquidas	338	100	701	422
	(4.188)	(8.105)	(15.620)	(18.441)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	1.424	2.756	5.311	6.270
Resultado do exercício das controladas Alukroma e Casamob	-	-	(11.653)	(9.619)
Imposto de renda diferido constituído nas controladas	-	-	-	(899)
(+) Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	-	-	72	(18)
	-	-	(11.581)	(10.536)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	-	-	3.938	3.582
(-) Imposto de renda diferido constituído nas controladas	-	-	-	899
(=) Imposto de renda e contribuição social ativo não constituído das controladas Alukroma e Casamob (2)	-	-	3.938	2.683
Despesa de imposto de renda e contribuição social (1-2)	1.424	2.756	1.373	3.587
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	-	(51)	(68)
Diferidos	1.424	2.756	1.424	3.655
	1.424	2.756	1.373	3.587

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do período relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições definidos entre as partes.

a. Saldos de ativos e passivos

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 nas rubricas de:

1. Contas a receber de clientes (nota 5):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
Casamob	1.320	241	-	-
Alukroma	1.192	3.765	-	-
	2.512	4.006	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	18	6	18	6
Perfilor	4.986	4.896	4.986	4.902
	5.004	4.902	5.004	4.908
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Guilherme Luiz do Val	-	-	1	-
	-	-	1	-
	7.516	8.908	5.005	4.908

2. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
Tekrom	-	1	-	-
Casamob	33	47	-	-
Alukroma	13	66	-	-
	46	114	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	20	9	20	9
Perfilor	76	51	76	51
	96	60	96	60
	142	174	96	60

3. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
Tekrom	173	65	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	1	2	1	2
Perfilor	37	3	37	3
	38	5	38	5
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Dezain Consultoria	23	22	23	22
	234	92	61	27

4. Outras exigibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Controladas</u>				
Casamob	2	2	-	-
Tekrom	22	-	-	-
	24	2	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Perfilor	23	14	23	14
	47	16	23	14

5. Remunerações a pagar aos administradores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração a pagar aos administradores	99	102	99	102

Os saldos a pagar aos administradores estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas.

b. Transações com partes relacionadas:

1. Venda de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Controladas</u>				
Casamob	5.498	3.347	-	-
Alukroma	4.190	2.451	-	-
	9.688	5.798	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	787	552	788	564
Perfilor	6.695	7.931	6.760	8.053
	7.482	8.483	7.548	8.617
	17.170	14.281	7.548	8.617

2. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Controladas</u>				
Aluguéis e condomínios (i)	334	339	-	-
Serviços compartilhados (ii)	138	112	-	-
	472	451	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Aluguéis e condomínios (i)	246	235	246	235
Serviços compartilhados (ii)	164	383	164	383
	410	618	410	618
	882	1.069	410	618

3. Compra de produtos e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Controladas</u>				
Casamob	1.038	1.075	-	-
Tekrom	846	1.372	-	-
	1.884	2.447	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	22	54	27	57
Perfilor	1.279	222	1.279	222
	1.301	276	1.306	279
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Dezain Consultoria (iii)	279	260	279	260
Albino Advogados (iv)	97	70	97	70
	376	330	376	330
	3.561	3.053	1.682	609

(i) **Contratos de aluguel de imóveis**

Celebrado com as controladas Tekrom e Casamob, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo IGPM-FVG. O contrato firmado com a controlada em conjunto Perfilor tem como prazo de vigência 24 meses, com renovação automática e índice de reajuste o INPC-IBGE.

(ii) **Contratos de prestação de serviços administrativos**

Referem-se aos rateios das despesas administrativas diversas para as controladas Tekrom, Casamob e Wolverine/Tekno, com prazo de vigência de 4 anos, reajustável nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

(iii) **Contrato de prestação de serviços de consultoria administrativa e financeira**

Refere-se a serviços prestados pela Sociedade Dezain Consultoria, Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., que possui como quotista o conselheiro administrativo Valter Takeo Sasaki.

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria administrativa, financeira, de relações com os investidores e a atuação como diretor estatutário na controlada em conjunto Perfilor, na condição de representante indicado pela Companhia e possui vigência até Abril/2018, reajustável anualmente pelo IPCA/IBGE.

(iv) **Contrato de prestação de serviços advocatícios**

Refere-se a serviços advocatícios prestados pela Sociedade Albino Sociedade de Advogados, que possui como quotista o conselheiro administrativo Fernando Antonio Albino de Oliveira.

4. Venda de ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Controladas</u>				
Casamob	12	-	-	-
Alukroma	11	-	-	-
	23	-	-	-
<u>Controladas em conjunto</u>				
Wolverine/Tekno	2	-	2	-
<u>Outras partes relacionadas</u>				
José Luiz Madeira do Val	122	-	122	-
	147	-	124	-

5. Receita de mútuos financeiros

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Controladas		
Alukroma	7	-

c. Remuneração dos administradores

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
C.1. Remuneração dos administradores:		
Honorários do conselho de administração e fiscal	639	689
Honorários da diretoria estatutária	881	1.140
	1.520	1.829
Outras remunerações:		
Benefícios e encargos sociais (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada, veículos, FGTS e INSS)	545	470
	2.065	2.299
	Controladora e consolidado	
	2017	2016
C.2. Remuneração do pessoal chave:		
Salários	320	343
Outras remunerações:		
Benefícios e encargos sociais (Seguro de vida, plano de saúde, previdência privada, veículos, FGTS e INSS)	148	134
	468	477

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados nas notas explicativas nº 29 e 30. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R\$2.336, líquido dos encargos sociais. A remuneração do pessoal chave não faz parte do montante global da remuneração anual dos administradores aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

10 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	33.970	28.466	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15.038	15.794	15.038	15.794
	49.008	44.260	15.038	15.794
Outros	33	33	33	33
	49.041	44.293	15.071	15.827

10.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tekrom		Casamob		Alukroma	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	197	621	20.614	19.026	18.531	16.512
Passivo	2	234	3.000	1.996	2.370	5.464
Capital social	400	400	42.694	33.994	27.682	19.032
Patrimônio líquido	195	387	17.614	17.030	16.161	11.048
Receita operacional líquida	1.025	1.985	13.445	8.331	6.230	7.149
Resultado do exercício	(193)	(209)	(8.116)	(7.274)	(3.537)	(2.345)
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

10.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	Wolverine/Tekno		Perfilor	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	7.511	6.837	44.564	54.470
Passivo	689	539	20.697	28.536
Capital social	4.748	4.748	57.705	57.705
Patrimônio líquido	6.822	6.298	23.867	25.934
Receita operacional líquida	6.218	4.633	48.905	53.860
Resultado do exercício	524	(32)	(2.067)	(3.115)
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%

10.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora					Total
	Tekrom	Casamob	Wolverine /Tekno	Perfilor	Alukroma	
Saldos em 1º de janeiro de 2016	596	15.709	3.101	14.235	13.548	47.189
Capitalização	-	8.596	-	-	1.037	9.633
Redução de ágio por falta de expectativa de rentabilidade futura (i)	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(208)	(7.274)	(16)	(1.526)	(2.345)	(11.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	388	17.031	3.085	12.709	11.047	44.260
Capitalização	-	8.700	-	-	8.650	17.350
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(193)	(8.116)	257	(1.013)	(3.537)	(12.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	195	17.615	3.342	11.696	16.160	49.008

	Consolidado		
	Wolverine /Tekno	Perfilor	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	3.101	14.235	17.336
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(16)	(1.526)	(1.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.085	12.709	15.794
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	257	(1.013)	(756)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.342	11.696	15.038

- (i) Redução de ágio da controlada Alukroma realizado devido à falta de expectativa de rentabilidade futura, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

11 Imobilizado

	Controladora								
<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	282	16.253	1.675	118.447	1.040	3.583	5.289	719	147.288
Adições	-	-	-	145	1	772	5.977	230	7.125
Baixas	-	-	-	(44)	(1)	-	(22)	(383)	(450)
Transferências	-	2.059	39	288	-	91	(2.477)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	282	18.312	1.714	118.836	1.040	4.446	8.767	566	153.963
Adições	-	-	-	7	-	126	863	182	1.178
Baixas	-	-	-	(94)	-	(213)	-	(325)	(632)
Transferências	-	-	-	9.007	-	228	(9.235)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	282	18.312	1.714	127.756	1.040	4.587	395	423	154.509
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(4.786)	(969)	(63.564)	(798)	(2.760)	-	(477)	(73.354)
Adições	-	(271)	(45)	(5.578)	(32)	(280)	-	(72)	(6.278)
Baixas	-	-	-	27	1	-	-	265	293
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(5.057)	(1.014)	(69.115)	(829)	(3.040)	-	(284)	(79.339)
Adições	-	(277)	(46)	(3.968)	(31)	(368)	-	(34)	(4.724)
Baixas	-	-	-	64	-	165	-	83	312
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(5.334)	(1.060)	(73.019)	(860)	(3.243)	-	(235)	(83.751)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	282	12.978	654	54.737	180	1.344	395	188	70.758
Saldo em 31 de dezembro de 2016	282	13.255	700	49.721	211	1.406	8.767	282	74.624
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2017	-	1,6%	5,4%	4,1%	8,7%	12,3%	-	7,5%	
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2016	-	1,7%	5,5%	6,0%	8,8%	12,1%	-	11,8%	

	Consolidado								
<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	1.732	22.234	1.688	131.553	1.166	4.128	5.319	1.403	169.223
Adições	-	1	1	169	2	827	6.117	230	7.347
Baixas	-	-	-	(86)	(1)	-	(22)	(383)	(492)
Transferências	-	2.083	39	315	-	139	(2.576)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.732	24.318	1.728	131.951	1.167	5.094	8.838	1.250	176.078
Adições	-	-	-	57	-	173	902	428	1.560
Baixas	-	-	-	(94)	(1)	(260)	-	(1.008)	(1.363)
Transferências	-	-	-	9.118	-	227	(9.345)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.732	24.318	1.728	141.032	1.166	5.234	395	670	176.275
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(5.003)	(970)	(64.704)	(817)	(2.934)	-	(740)	(75.168)
Adições	-	(353)	(46)	(6.294)	(43)	(397)	-	(105)	(7.238)
Baixas	-	-	-	27	1	-	-	265	293
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(5.356)	(1.016)	(70.971)	(859)	(3.331)	-	(580)	(82.113)
Adições	-	(360)	(45)	(4.694)	(43)	(461)	-	(55)	(5.658)
Baixas	-	-	-	64	1	207	-	382	654
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(5.716)	(1.061)	(75.601)	(901)	(3.585)	-	(253)	(87.117)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.732	18.602	667	65.431	265	1.649	395	417	89.158
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.732	18.962	712	60.980	308	1.763	8.838	670	93.965
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,6%	5,3%	4,3%	8,7%	12,7%	-	6,0%	
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,6%	5,4%	5,9%	8,8%	13,8%	-	9,8%	

Os saldos de imobilizado em andamento na controladora e consolidado, referem-se a investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, realizados pela controladora e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R\$3.176 correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$1.634 (R\$2.032 em 31 de dezembro de 2016) está classificado no passivo não circulante, líquido de impostos diferidos ativo da mesma entidade legal, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e efetua a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

12 Intangível

	Controladora			
	Marcas e patentes	Direito de uso de softwares	Softwares em desenvolvimento	Total
<u>Custo do intangível bruto</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	30	4.605	1.002	5.637
Adições	-	90	1.051	1.141
Baixas	-	-	(146)	(146)
Transferências	-	1.398	(1.398)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30	6.093	509	6.632
Adições	-	60	46	106
Transferências	-	509	(509)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30	6.662	46	6.738
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(30)	(3.372)	-	(3.402)
Adições	-	(342)	-	(342)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30)	(3.714)	-	(3.744)
Adições	-	(518)	-	(518)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(30)	(4.232)	-	(4.262)
<u>Intangível líquido</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	2.430	46	2.476
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	2.379	509	2.888
Taxa média ponderada anual de amortização - 2017	10,0%	15,3%	-	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2016	10,0%	14,5%	-	

	Consolidado				
<u>Custo do intangível bruto</u>	Marcas e patentes	Direito de uso de softwares	Softwares em desenvolvimento	Ágio	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	42	6.689	1.135	1.193	9.059
Adições	-	90	1.051	-	1.141
Baixas	-	-	(146)	(1.193)	(1.339)
Transferências	-	1.413	(1.413)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42	8.192	627	-	8.861
Adições	-	60	46	-	106
Baixas	(1)	(137)	-	-	(138)
Transferências	-	627	(627)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41	8.742	46	-	8.829
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(31)	(3.748)	-	-	(3.779)
Adições	(1)	(656)	-	-	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(32)	(4.404)	-	-	(4.436)
Adições	(1)	(831)	-	-	(832)
Baixas	1	19	-	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(32)	(5.216)	-	-	(5.248)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9	3.526	46	-	3.581
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10	3.788	627	-	4.425
Taxa média ponderada anual de amortização - 2017	9,4%	15,2%	-	-	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2016	9,4%	14,8%	-	-	

As adições de softwares em desenvolvimento referem-se a novas implementações e melhorias no sistema de informação gerencial da controladora e suas controladas. Os principais módulos já foram liberados para utilização conforme o cronograma estabelecido e ainda existem customizações em andamento.

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e efetua a análise do “*impairment*” relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Companhia identificou a necessidade de constituir provisão para perdas pela não recuperabilidade de ágio da controlada Alukroma no montante de R\$ 1.193 em 31 de dezembro de 2016, tendo como base as expectativas de resultado da controlada e as projeções econômico-financeiras do segmento em que atua.

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	2.436	2.233	2.962	2.659
Provisão para indenizações rescisórias	307	299	307	299
Salários	586	585	716	714
IRRF sobre salários	342	353	377	386
INSS	849	807	946	913
FGTS	176	181	215	217
Outros	35	35	44	41
	4.731	4.493	5.567	5.229

14 Empréstimos e financiamentos

Banco ou Instituição Financeira	Tipo empréstimo/ financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Controladora			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco Santander (i)	Pré-fixado	Real	1,52% a.m.	Agosto/2017	-	50	-	-
HP Financial (ii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	104	82	447	551
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	Real	7,5% a.a. + IPCA	Março/2021	1.537	1.039	3.133	4.032
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	Real	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	165	352	509
					1.807	1.336	3.932	5.092
Banco ou Instituição Financeira	Tipo empréstimo/ financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco Santander (i)	Pré-fixado	Real	1,52% a.m.	Agosto/2017	-	50	-	-
HP Financial (ii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	104	82	447	551
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	Real	7,5% a.a. + IPCA	Março/2021	1.537	1.039	3.133	4.032
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	Real	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	166	165	352	509
BNDES - Finame Tekrom (v)	Pré-fixado	Real	6,00% a.a.	Abril/2019	-	21	-	27
BNDES - Finame Casamob (vi)	Pré-fixado	Real	6,00% a.a.	Abril/2019	35	35	17	53
					1.842	1.392	3.949	5.172

- (i) Arrendamento mercantil referente a aquisição de uma empilhadeira, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,52% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com o banco Santander e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato.

- (iii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iv) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 13% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (v) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Tekrom para aquisição de veículos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (vi) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

15 Participações estatutárias

Refere-se ao saldo a pagar da participação que os Administradores (art. 20 do Estatuto Social) fizeram jus no exercício de 2014, cujo montante global foi fixado pela assembleia geral de 28 de abril de 2015.

16 Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas e tributários, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

Controladora e Consolidado							
	Trabalhistas	Dep. Judiciais	Sub-total	Tributárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.517	(317)	1.200	56	-	56	1.256
Provisões constituídas durante o exercício	158	-	158	-	-	-	158
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(33)	(33)	-	-	-	(33)
Processos perdidos	(686)	290	(396)	-	-	-	(396)
Reversões	(226)	-	(226)	-	-	-	(226)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (i)	763	(60)	703	56	-	56	759
Provisões constituídas durante o exercício	491	-	491	-	-	-	491
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(36)	(36)	-	-	-	(36)
Processos perdidos	(200)	41	(159)	-	-	-	(159)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (ii)	1.054	(55)	999	56	-	56	1.055
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2016							
Circulante	685	(62)	623	-	-	-	623
Não circulante	78	2	80	56	-	56	136
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2017							
Circulante	527	(46)	481	-	-	-	481
Não circulante	527	(9)	518	56	-	56	574

17 Cauções e depósitos

A Companhia possui depósitos judiciais sobre processos em andamento, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco “*possível*” de perda e assim não sujeitos a constituição de provisão, cujos valores estão demonstrados a seguir:

Controladora				
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	23	3.255	-	3.278
Depósitos efetuados	33	-	292	325
Processos perdidos	(305)	(160)	-	(465)
Compensação com provisões	257	-	(292)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8	3.095	-	3.103
Depósitos levantados	(8)	-	-	(8)
Depósitos efetuados	36	-	-	36
Processos perdidos (i)	(41)	(2.078)	-	(2.119)
Atualização monetária (i)	-	1.264	-	1.264
Compensação com provisões	5	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	2.281	-	2.281

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	23	3.255	-	3.278
Depósitos efetuados	33	-	365	398
Processos perdidos	(305)	(160)	-	(465)
Compensação com provisões	257	-	(365)	(108)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8	3.095	-	3.103
Depósitos levantados	(8)	-	-	(8)
Depósitos efetuados	41	-	-	41
Processos perdidos (i)	(41)	(2.078)	-	(2.119)
Atualização monetária (i)	-	1.264	-	1.264
Compensação com provisões	5	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5	2.281	-	2.286

(i) Em 14 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento – PEP de ICMS, instituído pelo decreto nº 62.709/17, para usufruir dos benefícios concedidos no pagamento à vista de um processo tributário de ICMS. A liquidação do processo foi efetuada com a utilização dos depósitos judiciais do processo e o saldo residual corrigido, no montante de R\$ 2.272, será levantado pela Companhia.

18 Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado estava representado por 2.947.810 ações, sem valor nominal, sendo 1.360.709 ações preferenciais e 1.587.101 ordinárias.

As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva de lucros

1. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi utilizado o montante de R\$ 5.526 dos saldos de Reserva legal para absorção dos prejuízos acumulados.

2. Reserva de retenção de lucros

Reserva constituída mediante a retenção de lucros apurados em exercícios anteriores, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Saldo foi totalmente utilizado para absorção de prejuízos.

c. Reservas de incentivos fiscais de controlada

Saldo composto pela reserva de incentivos fiscais reflexa da controlada Alukroma.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Saldo composto pelo ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009, deduzido do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos.

e. Outros resultados abrangentes

Saldo composto pelos ganhos ou perdas atuariais de provisões pós-emprego e para aposentadoria compulsória.

19 Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme o quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(15.704)	(16.818)
Quantidade de ações - média ponderada	2.948	2.948
Resultado básico e diluído por ação	(5,327)	(5,705)

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do prejuízo por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

20 Receita de vendas de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vendas de produtos	97.547	73.749	109.429	86.000
Industrialização para terceiros	55.402	61.956	55.549	62.102
Total da receita operacional bruta	152.949	135.705	164.978	148.102
Deduções da receita	(38.258)	(33.994)	(40.922)	(37.458)
Impostos sobre vendas	(36.103)	(32.384)	(37.603)	(34.936)
Devoluções e abatimentos	(2.155)	(1.610)	(3.319)	(2.522)
Total de receita operacional líquida	114.691	101.711	124.056	110.644

21 Custo dos bens e/ou serviços vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matéria-prima	63.545	53.383	66.357	56.189
Salários, encargos e benefícios	22.448	22.275	27.053	26.651
Energia elétrica e gás natural	5.470	6.649	5.777	6.938
Depreciação e amortização	4.645	6.130	5.796	7.321
Manutenção	2.829	3.892	3.372	4.126
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	247	(343)	523	347
Outros custos	2.164	2.448	3.709	4.782
	101.348	94.434	112.587	106.354

22 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de pessoal	2.840	3.048	4.823	4.270
Publicidade e propaganda	385	283	2.291	1.756
Comissões sobre vendas	53	29	500	339
Material de consumo	112	113	305	249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	560	393	1.252	682
Despesas de depreciação e amortização	16	9	80	48
Despesas com fretes	950	1.052	2.134	1.991
Serviços prestados por terceiros	333	148	1.503	1.593
Despesas diversas com vendas	374	311	1.068	809
	5.623	5.386	13.956	11.737

23 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Honorários da administração	1.520	1.829	1.520	1.829
Despesas de pessoal	7.585	7.147	8.021	7.295
Material de consumo	878	1.070	885	1.078
Despesas de depreciação e amortização	581	481	614	526
Despesas de comunicação	342	475	348	488
Serviços prestados por terceiros	2.727	2.350	2.807	2.452
Tributos diversos	1.487	806	1.837	1.184
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	491	158	491	158
Despesas diversas de administração	790	1.249	848	1.302
	16.401	15.565	17.371	16.312

24 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros passivos	(1.098)	(185)	(1.193)	(242)
Variações cambiais passivas	(27)	(3)	(36)	(13)
Variações monetárias passivas	(1.022)	-	(1.022)	-
Despesas bancárias	(129)	(136)	(224)	(218)
	(2.276)	(324)	(2.475)	(473)
Receitas financeiras				
Juros ativos	835	810	875	794
Variações cambiais ativas	26	95	28	114
Variações monetárias ativas	1.335	-	1.349	-
Rendimentos de aplicações financeiras	2.180	4.458	2.194	4.354
Outras receitas financeiras	889	428	915	468
	5.265	5.791	5.361	5.730
Resultado financeiro	2.989	5.467	2.886	5.257

25 Instrumentos financeiros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não operaram com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

- Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:
 - Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa, conta corrente e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições com altos ratings avaliados por agências especializadas e com baixo risco de crédito.
 - Contas a receber: os saldos de contas a receber de clientes da controladora e suas controladas e controladas em conjunto estão denominados em reais. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

- Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior a um ano, conforme apresentadas nas notas explicativas nº 9.a.1 e 9.a.2.
- Fornecedores: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a pagar em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas pelo custo histórico, ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a variação cambial.
- Empréstimos e financiamentos: A controladora e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos a pagar em moeda local, reconhecidos pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	19.325	33.884	20.108	34.147
Empréstimos e recebíveis:				
Caixas e bancos	226	406	645	740
Contas a receber de clientes - circulante	28.701	25.884	30.755	25.736
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores - circulante	12.283	8.948	13.490	10.299
Financiamentos	5.739	6.428	5.791	6.564
Partes relacionadas - circulante	47	16	23	14

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto resolvessem liquidá-los antecipadamente.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando a hierarquia de valor justo do nível 2.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	19.325	33.884	20.108	34.147

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem como política a contratação de proteção para os ativos e passivos em moeda estrangeira, considerados relevantes ao negócio da Companhia e sujeitos a aprovação da Administração.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros pós-fixadas

Além do cenário provável, a CVM, através da instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

Controladora				
	Acumulado	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	em 2017	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	9,93%	6,89%	5,17%	3,45%
Rendimento anual das aplicações financeiras	2.180	1.331	999	666
Efeito no rendimento - redução	-	-	(333)	(666)

Consolidado				
	Acumulado	Cenário	Cenário 1	Cenário 2
	em 2017	atual	- 25%	- 50%
Taxa CDI	9,93%	6,89%	5,17%	3,45%
Rendimento anual das aplicações financeiras	2.194	1.385	1.039	693
Efeito no rendimento - redução	-	-	(346)	(693)

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 5,17%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 3,45%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$19.325 (R\$20.108 no consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R\$333 no cenário 1 (R\$346 no Consolidado) e de R\$666 no cenário 2 (R\$693 no Consolidado).

Análise de sensibilidade de variações cambiais

Controladora					
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	atual	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Cotação do dólar	3,308	4,135	4,962	2,481	1,654
Fornecedores exterior - R\$ 163 (US\$ 49)	163	204	245	122	81
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	-	41	82	(41)	(82)

Consolidado					
	Cenário	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	atual	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
Cotação do dólar	3,308	4,135	4,962	2,481	1,654
Fornecedores exterior - R\$ 185 (US\$ 56)	185	231	278	139	93
Clientes exterior - R\$ 67 (US\$ 20)	67	84	101	50	34
Efeito líquido na despesa de variação cambial - (redução) aumento	-	29	59	(29)	(59)

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 de R\$3,308/US\$ (R\$4,135/US\$), e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$4,962/US\$), o cenário 3 uma valorização de 25% (R\$2,481/US\$) e o cenário 4 uma valorização de 50% (R\$1,654/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam aumento de despesa de R\$ 41 no cenário 1 (R\$ 29 no consolidado), aumento de R\$ 82 no cenário 2 (R\$ 59 no consolidado), redução de R\$ 41 no cenário 3 (R\$ 29 no consolidado), e redução de R\$ 82 no cenário 4 (R\$ 59 no consolidado).

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data em que vencem as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do período.

Controladora								
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total
Inferior a um ano								
De 0 a 3 meses	12.283	531	47	12.861	8.941	210	16	9.167
3 a 6 meses	-	524	-	524	3	524	-	527
6 a 12 meses	-	1.025	-	1.025	4	1.004	-	1.008
Total	12.283	2.080	47	14.410	8.948	1.738	16	10.702
Superior a um ano								
1 a 3 anos	-	3.799	-	3.799	-	3.690	-	3.690
3 a 5 anos	-	583	-	583	-	2.213	-	2.213
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-	16	-	16
Total	-	4.382	-	4.382	-	5.919	-	5.919

Consolidado								
	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total
Inferior a um ano								
De 0 a 3 meses	13.477	541	23	14.041	10.288	226	14	10.528
3 a 6 meses	12	533	-	545	7	540	-	547
6 a 12 meses	1	1.043	-	1.044	4	1.035	-	1.039
Total	13.490	2.117	23	15.630	10.299	1.801	14	12.114
Superior a um ano								
1 a 3 anos	-	3.817	-	3.817	-	3.774	-	3.774
3 a 5 anos	-	583	-	583	-	2.213	-	2.213
Acima de 5 anos	-	-	-	-	-	16	-	16
Total	-	4.400	-	4.400	-	6.003	-	6.003

26 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, credores e do mercado, garantindo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas, procurando obter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de capitais próprios e de terceiros.

27 Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros. A controlada Casamob atua no segmento de móveis e a controlada Alukroma atua no segmento de construção civil.

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	42.302	27.620	6.815	12.037	88.774
Não circulante	2.350	1.535	1.375	2.975	8.235
Investimentos	9.118	5.953	-	-	15.071
Imobilizado	39.821	26.000	10.560	12.777	89.158
Intangível	1.498	978	178	927	3.581
	95.089	62.086	18.928	28.716	204.819
Passivo					
Circulante	10.688	6.979	2.371	2.982	23.020
Não circulante	5.313	3.469	-	18	8.800
Patrimônio líquido	79.088	51.638	16.557	25.716	172.999
	95.089	62.086	18.928	28.716	204.819

• **Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	43.260	40.488	4.840	10.144	98.732
Não circulante	2.288	2.141	572	1.652	6.653
Investimentos	8.175	7.652	-	-	15.827
Imobilizado	35.907	33.606	10.866	13.586	93.965
Intangível	1.492	1.396	233	1.304	4.425
	91.122	85.283	16.511	26.686	219.602
Passivo					
Circulante	6.893	6.452	5.463	1.942	20.750
Não circulante	5.542	5.186	-	53	10.781
Patrimônio líquido	78.687	73.645	11.048	24.691	188.071
	91.122	85.283	16.511	26.686	219.602

• **Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2017**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	63.590	41.519	6.230	12.717	124.056
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(55.456)	(34.241)	(7.665)	(15.225)	(112.587)
Lucro (Prejuízo) bruto	8.134	7.278	(1.435)	(2.508)	11.469
Despesas operacionais	(6.898)	(14.977)	(2.154)	(7.403)	(31.432)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.236	(7.699)	(3.589)	(9.911)	(19.963)
Resultado financeiro líquido	956	2.031	8	(109)	2.886
Receitas financeiras	1.683	3.576	37	65	5.361
Despesas financeiras	(727)	(1.545)	(29)	(174)	(2.475)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	2.192	(5.668)	(3.581)	(10.020)	(17.077)
Imposto de renda e contribuição social	439	934	-	-	1.373
Resultado do exercício	2.631	(4.734)	(3.581)	(10.020)	(15.704)

• **Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2016**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	49.554	46.379	7.129	7.582	110.644
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(47.262)	(38.352)	(8.473)	(12.267)	(106.354)
Lucro (Prejuízo) bruto	2.292	8.027	(1.344)	(4.685)	4.290
Despesas operacionais	(5.370)	(17.375)	(1.477)	(5.730)	(29.952)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(3.078)	(9.348)	(2.821)	(10.415)	(25.662)
Resultado financeiro líquido	1.303	4.158	(132)	(72)	5.257
Receitas financeiras	1.370	4.370	(68)	58	5.730
Despesas financeiras	(67)	(212)	(64)	(130)	(473)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	(1.775)	(5.190)	(2.953)	(10.487)	(20.405)
Imposto de renda e contribuição social	642	2.048	681	216	3.587
Resultado do período	(1.133)	(3.142)	(2.272)	(10.271)	(16.818)

• **Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2017**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais	2.943	1.922	(8.349)	(7.913)	(11.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(454)	(297)	(30)	(398)	(1.179)
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades de financiamentos	(12.019)	(7.848)	8.650	9.659	(1.558)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(9.530)	(6.223)	271	1.348	(14.134)

• **Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2016**

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.227)	(3.021)	(370)	(8.161)	(14.779)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.097)	(3.835)	(34)	(96)	(8.062)
Caixa líquido (aplicado nas) oriundo das atividades de financiamentos	(892)	(834)	(761)	8.561	6.074
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.216)	(7.690)	(1.165)	304	(16.767)

28 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2017 estavam vigentes as seguintes coberturas de seguros:

Coberturas	Risco coberto	Vigência	Controladora	Consolidado
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, explosão, danos elétricos, furto	Até 13/07/2018	237.917	250.049
Responsabilidade Cível de Diretores, Conselheiros e Administradores	Danos morais, materiais, ambientais, etc.	Até 18/08/2018	10.000	10.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2019	404	404
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 02/08/2018	-	349
Transportes de materiais	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 31/08/2018	Valores das mercadorias transportadas	Valores das mercadorias transportadas
Transportes de materiais Importados	Perdas, danos, roubo e furto qualificado a mercadorias transportadas	Até 26/05/2018	Valores das mercadorias transportadas	Valores das mercadorias transportadas

29 Plano de previdência privada – contribuição definida

A Companhia e suas controladas possuem desde o mês de agosto de 2001 um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas contribuições podem ser reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 383 (R\$ 375 em 31 de dezembro de 2016) na controladora e R\$ 454 (R\$ 426 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

30 Obrigações pós emprego

A Companhia proporciona aos seus empregados um plano de assistência médica pós-emprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregado quanto pela Companhia. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que trata o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de setembro de 1998. Conforme cálculo efetuado pelos consultores atuariais da Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica é de R\$697 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.330 em 31 de dezembro de 2016).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	2.330	1.973
Adições	312	513
Baixas	(7)	-
Ganhos atuariais	(1.938)	(156)
Saldo final	697	2.330

A movimentação da provisão para benefícios pós-emprego de 31 de dezembro de 2017, inclui R\$1.938 de ganhos atuariais, registradas como outros resultados abrangentes, devido à alteração nas premissas utilizadas. As premissas alteradas referem-se a reajuste anual do plano de saúde, alteração na taxa de juros, ajuste no pagamento de benefícios, variação de inflação e outros fatores.

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto	5,18% ao ano ("a.a")	5,83% ao ano ("a.a")
Taxa de inflação	4,50% ao ano ("a.a")	4,80% ao ano ("a.a")
Índice de dependência principal	80%	80%
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a")	9,86% ao ano ("a.a")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

31 Aposentadoria compulsória

A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória para os colaboradores. A idade prevista para aposentadoria compulsória corresponde a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 incluem R\$ 3.580 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2016) de provisão para aposentadoria compulsória calculada com base nos valores das multas rescisórias dos empregados que atingirem a idade definida para aposentadoria.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	3.143	3.189
Adições	395	541
Baixas	(938)	(587)
Perdas atuárias	980	-
Saldo final	3.580	3.143

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

	2017	2016
Taxa de desconto	5,18% ao ano ("a.a")	5,83% ao ano ("a.a")
Taxa de evolução salarial	4,50% ao ano ("a.a")	4,80% ao ano ("a.a")
Taxa anual das quotas do FGTS	3%	3%
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a")	9,86% ao ano ("a.a")
Tabela de mortalidade	AT-200	AT-200

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

32 Informações adicionais as demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	52	821	57	833
Pagamento de imobilizados no exercício (com efeito no exercício), adquiridos em exercícios anteriores.	(197)	(30)	(213)	(30)
	(145)	791	(156)	803

33 Eventos subsequentes

Em 23 de fevereiro de 2018 os sócios da controlada Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. resolveram, de comum acordo, extinguir a Empresa, por não mais interessarem aos sócios a sua continuidade. O sócio Guilherme Luiz do Val ficou incumbido da regularização dos atos junto às repartições públicas competentes e manterá, sob sua guarda, os livros da Empresa extinta, conservando-os na forma e no prazo da Lei.

34 Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 15 de março de 2018.

Composição do Conselho de Administração

Fernando Antonio Albino de Oliveira
(Presidente)

Valter Takeo Sasaki
(Membro)

Batuíra Rogério Meneghesso Lino
(Membro)

Dilio Sérgio Penedo
(Membro)

Maria Pia Bastos Tigre Buchheim
(Membro)

Composição da Diretoria

Guilherme Luiz do Val
(Diretor Presidente)

José Maria de Campos Maia Netto
(Diretor de Relações com os Investidores)

José Luiz Madeira do Val
(Diretor Administrativo)

Edson da Silva Lopes
Gerente de Controladoria
CRC 1SP116.560/O-3